

PREGÃO ELETRÔNICO nº 13/2026

MINUTA DO CONTRATO – ANEXO V

CONTRATO Nº __/2026

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E A EMPRESA _____ PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ALTERAÇÕES DE LEIAUTE, COM FORNECIMENTO DE INSUMOS, NA FORMA ESTABELECIDA NAS PLANILHAS DE SERVIÇOS E INSUMOS DIVERSOS DESCRITOS NO CATÁLOGO DE SERVIÇOS DA EMPRESA DE OBRAS PÚBLICAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – EMOP.

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, com sede na Praça da República, nº 70, Centro, nesta Cidade, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 30.051.023/0001-96, doravante designado, simplesmente, de **TCE-RJ**, neste ato representado por seu Conselheiro-Presidente, **MÁRCIO HENRIQUE CRUZ PACHECO** e a empresa _____ doravante designada, simplesmente, **CONTRATADA**, com sede na _____, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº _____, neste ato representada por seu _____, _____, portador do documento de identidade nº _____, órgão expedidor _____, CPF nº _____, em decorrência do resultado do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2026**, ajustam entre si o presente **CONTRATO**, parte integrante do processo administrativo **TCE-RJ nº 300.037-0/2026**. mediante as seguintes **CLÁUSULAS E CONDIÇÕES**:

CLÁUSULA PRIMEIRA

(OBJETO)

O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de alterações de leiaute, com fornecimento de insumos, na forma estabelecida nas planilhas de serviços e insumos diversos, descritos no catálogo de serviços da Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro- EMOP, a serem executados nas condições, quantidades e especificações estabelecidas no **TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I** do **EDITAL** do(a) **PREGÃO ELETRÔNICO**.

PREGÃO ELETRÔNICO nº 13/2026

MINUTA DO CONTRATO – ANEXO V

PARÁGRAFO ÚNICO – A execução do objeto será realizada em conformidade com a Proposta Comercial da **CONTRATADA**, datada de ____ de _____ de 2026, com o Termo de Julgamento do **PREGÃO ELETRÔNICO**, acostados às fls. ____ e ____, respectivamente, do processo administrativo **TCE-RJ nº 300.037-0/2026**, os quais, juntamente com o **EDITAL do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2026** e seus **ANEXOS**, são partes integrantes e inseparáveis deste **CONTRATO**, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA

(PRAZO DE VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO)

O prazo de vigência do contrato será de **12 (doze) meses corridos** e começará a contar a partir da data indicada no Termo de Autorização de Início dos Serviços, a ser emitido pela **Coordenadoria de Engenharia e Arquitetura (CEA)** do **TCE-RJ**, tendo como condição de eficácia a sua publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os serviços serão executados sob demanda, mediante emissão de Ordens de Serviço, nas quais serão definidos o objeto específico, o prazo de início e o prazo de conclusão. Os prazos observarão os parâmetros indicados no item 4.4.1 do Termo de Referência, podendo ser prorrogados nos termos do item 4.4.3 desse termo, mediante justificativa e aprovação da Fiscalização.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A **CONTRATADA** deverá implementar o(s) serviço(s), objeto deste **CONTRATO**, no prazo estipulado na Ordem de Serviço, não inferior a 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O prazo de início dos serviços ou de execução poderá ser prorrogado mantidas as demais condições da contratação e assegurada a manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorram motivos devidamente evidenciado pela Coordenadoria de Engenharia e Arquitetura – CEA e sujeitos à análise prévia do setor requisitante e aprovação da Administração do **TCE-RJ**.

PREGÃO ELETRÔNICO nº 13/2026

MINUTA DO CONTRATO – ANEXO V

PARÁGRAFO QUARTO - O eventual pedido de prorrogação, deverá ser encaminhado à Coordenadoria de Gestão Administrativa e Contratual - CGA, localizada na Praça da República, nº 70 - 5º andar Centro Rio de Janeiro - RJ, com contato pelos telefones (21) 3231-5213 ou (21) 3231-5291 e e-mail cga@tcerj.tc.br, acompanhado de justificativa formal detalhando as razões que impossibilitaram o cumprimento do prazo original, como imprevistos, circunstâncias alheias ao controle do fornecedor ou atrasos causados por fatores externos, devendo ser encaminhado antes do vencimento do prazo estabelecido, observado o cumprimento prévio das formalidades descritas abaixo:

I - Todas as justificativas de atraso devem ser enviadas por correio eletrônico ao endereço cea@tcerj.tc.br, onde serão avaliadas pela Fiscalização que tem prerrogativas de aceitá-las ou não.

II - Apenas o prazo de entrega de serviço(s) constante(s) da Ordem de Serviço é passível de prorrogação.

III - A prorrogação de prazo de entrega de serviços previstos na Ordem de Serviço é prerrogativa da Fiscalização.

IV - A **CONTRATADA** poderá solicitar prorrogação do prazo de entrega dos serviços uma única vez por OS, limitada ao prazo original, salvo em situações excepcionais, devidamente comprovadas, decorrentes de fatos supervenientes alheios à sua atuação, hipótese em que a Fiscalização poderá autorizar prorrogação adicional, mediante motivação formal.

PARÁGRAFO QUINTO – O prazo de vigência deste contrato poderá ser prorrogado, em periodicidade sucessiva em relação ao seu prazo inicial, respeitado o prazo decenal previsto no artigo 107 da Lei Federal 14.133/21, desde que as condições e os preços permaneçam vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a sua extinção sem ônus para qualquer das partes.

PARÁGRAFO SEXTO – A prorrogação contratual é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

PREGÃO ELETRÔNICO nº 13/2026

MINUTA DO CONTRATO – ANEXO V

- a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- d) Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
- e) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A **CONTRATADA** não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

PARÁGRAFO OITAVO - Além da possibilidade de extinção contratual pela ausência de vantajosidade compreendida no parágrafo 4º desta cláusula, o contrato poderá ser extinto ainda no caso da inexistência de créditos orçamentários para a sua continuidade, na forma prevista no inciso III e § 1º do artigo 106 da Lei Federal 14.133/21.

CLÁUSULA TERCEIRA

(PREÇO)

O preço total estimado deste **CONTRATO** incluindo o BDI é de **R\$1.120.000,00 (um milhão e cento e vinte mil reais)**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Estimativa de execução do contrato:

I. O valor de R\$ 1.120.000,00 (um milhão e cento e vinte mil reais) é meramente estimativo, não constituindo compromisso do **TCE-RJ** em executá-lo integralmente, podendo esta estimativa aumentar ou diminuir, conforme as necessidades do **TCE-RJ**, em consonância com o art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021.

II. O **TCE-RJ** poderá promover supressões contratuais superiores ao limite de 25% (vinte e cinco por cento) previsto no art. 125 da Lei nº 14.133/2021 exclusivamente

PREGÃO ELETRÔNICO nº 13/2026

MINUTA DO CONTRATO – ANEXO V

quando se tratar de alteração consensual, mediante anuência expressa da **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Nessas hipóteses, a supressão deverá ser formalmente motivada e demonstrar:

- (i) a necessidade superveniente que justifica a redução;
- (ii) a manutenção da vantajosidade e da proporcionalidade da medida;
- (iii) a inexistência de transfiguração do objeto contratual; e
- (iv) a adequação aos parâmetros técnicos e econômicos apresentados no processo.

III. A alteração consensual que resulte em supressão superior a 25% dependerá de termo aditivo específico, devidamente instruído, observado o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Os percentuais de desconto e BDI pactuados a serem aplicados na apuração do valor a ser contratado em cada Ordem de Serviço emitida são de ____% (_____) e ____% (_____), respectivamente.

PARÁGRAFO QUARTO – A **CONTRATADA** deverá apresentar planilha orçamentária conforme modelo indicado no Anexo A do Termo de Referência, com os serviços e quantitativos identificados na visita técnica e os valores desonerados de catálogo minorados pelo desconto vencedor e acrescido por BDI declarado em contrato, seguindo criteriosamente a seguinte ordem de catálogos para contemplar a demanda.

- a. Catálogo de Serviços da Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro – EMOP;
- b. Catálogo de Serviços do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI-RJ;
- c. Catálogo de Serviços do Sistema de Custo de Obra SCO-RIO;
- d. Composição própria.

PREGÃO ELETRÔNICO nº 13/2026

MINUTA DO CONTRATO – ANEXO V

PARÁGRAFO QUINTO – Todo serviço seja levantado na opção desonerada, de tal sorte que não havendo esta opção no catálogo de referência, a **CONTRATADA** buscará o seguinte, mesmo que haja opção onerada no catálogo anterior.

PARÁGRAFO SEXTO – Cada planilha orçamentária apresentada fará constar item referente à administração local, calculada na forma descrita no Termo de Referência.

CLÁUSULA QUARTA

(RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS)

A presente despesa, no valor global estimado de **R\$1.120.000,00 (um milhão e cento e vinte mil reais)**, correrá à conta do orçamento do exercício de 2026, no valor de R\$ _____ (_____), cujos Programa de Trabalho e Natureza de Despesa serão consignados no Quadro de Detalhamento a ser publicado oportunamente.

PARÁGRAFO ÚNICO: As despesas relativas ao(s) exercício(s) subsequente(s), no valor de R\$ _____ (_____), correrão por conta da(s) dotação(ões) orçamentária(s) respectiva(s), devendo ser empenhadas no início do(s) exercício(s).

CLÁUSULA QUINTA

(MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS)

O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este **CONTRATO**.

CLÁUSULA SEXTA

(RECEBIMENTO DO OBJETO)

Depois de executado, o objeto será recebido na forma definida previamente pela unidade requisitante dos serviços contratados.

PREGÃO ELETRÔNICO nº 13/2026

MINUTA DO CONTRATO – ANEXO V

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Executados os serviços, a aceitação definitiva ocorrerá a cada medição das ordens de serviço que vierem a ser emitidas, com pagamento único referente a cada uma delas, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Caberá a fiscalização validar a medição ou propor correções, para poder recomendar a emissão da documentação fiscal e sua atestação.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O aceite/aprovação dos serviços pelo **TCE-RJ** não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vício de quantidade e/ou qualidade ou disparidades com as especificações estabelecidas no Termo de Referência.

CLÁUSULA SÉTIMA

(CONDIÇÕES DE PAGAMENTO)

Para execução do pagamento, a **CONTRATADA** deverá emitir nota fiscal correspondente à sede ou filial que apresentou a documentação na fase de habilitação, sem emendas, rasuras ou borrões, legível e em nome do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - **TCE-RJ**, CNPJ/MF nº 30.051.023/0001-96, situado à Praça da República, nº 70, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A **CONTRATADA** deverá apresentar a documentação para a cobrança respectiva à **Coordenadoria de Gestão Administrativa e de Contratos - CGA** do **TCE-RJ**, localizada à Praça da República, 70, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ, no horário entre 10h e 17h, até o 5º (quinto) dia útil posterior à data final do período de adimplemento da obrigação, admitindo-se o encaminhamento por meio eletrônico para o e-mail: cga@tcerj.tc.br.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Após a aceitação definitiva que ocorrerá a cada medição das ordens de serviço que vierem a ser emitidas, o **TCE-RJ** efetuará o pagamento referente a cada uma delas, mediante crédito em conta-corrente da **CONTRATADA**, até o 30º (trigésimo) dia consecutivo, a contar da atestação da nota fiscal, verificado o recebimento do objeto contratual e cumpridas as formalidades legais e contratuais previstas, bem como observadas as condições estabelecidas no

PREGÃO ELETRÔNICO nº 13/2026

MINUTA DO CONTRATO – ANEXO V

Termo de Referência – Anexo I do edital e a ordem cronológica prevista no artigo 141 da Lei Federal 14.133/21.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Ocorrendo atraso no pagamento das obrigações e desde que este atraso decorra de culpa do **TCE-RJ**, o valor devido será acrescido de 0,1% (um décimo por cento) a título de multa, além de 0,033% (trinta e três milésimos por cento), por dia de atraso, a título de compensação financeira, a serem calculados sobre a parcela devida.

PARÁGRAFO QUARTO - O pagamento da multa e da compensação financeira a que se refere o subitem anterior será efetivado mediante autorização expressa do Secretário-Geral de Administração do **TCE-RJ**, em processo próprio, que se iniciará com o necessário requerimento que lhe for dirigido pela licitante **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO QUINTO - Na ocasião de cada pagamento a ser efetuado, observadas as condições específicas da licitante **CONTRATADA**, aplicar-se-á, no que couber, a retenção tributária na fonte dos tributos federais e municipais, conforme disposto na Lei Federal nº 9.249, de 26/12/1995, na Lei Federal 9.430, de 27/12/1996, na Instrução Normativa SRF nº 1234, de 11/01/2012, na Instrução Normativa SRF nº 971, de 13/11/2009, e na Lei Complementar nº 116, de 31/07/2003, combinada com a correspondente lei municipal do local de prestação dos serviços.

PARÁGRAFO SEXTO - A **CONTRATADA** que estiver enquadrada nas hipóteses de não retenção tributária (artigo 4º da Instrução Normativa SRF nº 1.234, de 11/01/2012) ou amparada por medida judicial que suspenda a exigibilidade do crédito tributário (artigo 36º da Instrução Normativa SRF nº 1.234, de 11/01/2012) deverá apresentar o documento de cobrança acompanhado da comprovação de que continua enquadrada ou amparada, sob pena de retenção de tributos pela fonte pagadora.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Na hipótese de o documento de cobrança apresentar erros, fica suspenso o prazo para o pagamento respectivo, prosseguindo-se a contagem somente após a apresentação da nova documentação isenta de erros.

PREGÃO ELETRÔNICO nº 13/2026

MINUTA DO CONTRATO – ANEXO V

CLÁUSULA OITAVA

(OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DA CONTRATADA)

As partes deverão cumprir, durante toda a execução do **CONTRATO**, as obrigações e responsabilidades impostas pelo edital e seus anexos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Compete ao CONTRATANTE:

- I. Expedir as autorizações de início de serviços necessárias para o começo da prestação de serviços por parte da **CONTRATADA**;
- II. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de prepostos ou representantes da **CONTRATADA** às dependências da contratante relacionadas à execução do objeto;
- I. Promover o acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratado, verificando, ainda, a manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação e prestando as informações e esclarecimentos necessários à execução do objeto contratado, que venham a ser solicitados por representante legal ou preposto da **CONTRATADA**;
- II. Reservar à fiscalização o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos contratualmente e tudo o mais que se relacione com a prestação dos serviços, desde que não acarrete ônus para o **TCE-RJ** ou modificação das obrigações;
- III. Notificar a **CONTRATADA**, por escrito, da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- IV. Manter, através da fiscalização, registros de ocorrências com a junção de documentos relacionados com eventuais serviços realizados em desconformidade com a contratação;
- V. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços recebidos com as especificações constantes do termo de referência, edital de licitação e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;
- VI. Efetuar o pagamento à **CONTRATADA**, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos no edital de licitação e seus anexos;

PREGÃO ELETRÔNICO nº 13/2026

MINUTA DO CONTRATO – ANEXO V

- VII. Realizar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da **CONTRATADA**, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017;
- VIII. Conduzir os procedimentos relativos a aplicação de reajuste e revisão de preços;
- IX. Aplicar à **CONTRATADA**, penalidades administrativas por descumprimento das obrigações contratuais e do edital de licitação;
- X. Sustar, no todo ou em parte, a execução dos serviços, sempre que a medida for considerada necessária;

PARÁGRAFO SEGUNDO – Compete à CONTRATADA

- I. Fornecer informações necessárias para abertura de canal de comunicação, objetivando a viabilização de contatos necessários para troca de informações relativas ao início e durante todo desenvolvimento da execução contratual, inclusive para abertura dos chamados por telefone ou por correio eletrônico.
- II. Credenciar, junto ao **TCE-RJ**, preposto para representá-lo e atender às requisições efetuadas pelo Gestor da contratação, disponibilizando canal de atendimento, seja telefônico ou por meio digital, para a devida comunicação;
- III. Credenciar junto ao **TCE-RJ** funcionário(s) que atenderá(ão) às requisições dos serviços e receberá(ão) as instruções do responsável pelo gerenciamento e fiscalização, bem como prestará(ão) às autoridades competentes as informações e assistência necessárias ao bom cumprimento de suas funções durante a execução contratual, podendo ser o mesmo indicado para satisfazer a alínea anterior;
- IV. Executar os serviços contratados conforme especificações do termo de referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados e recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, bem como providenciar todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade necessárias para execução do objeto;
- V. Executar os serviços objeto do presente **CONTRATO** rigorosamente no prazo pactuado, **bem como cumprir todas as demais obrigações impostas pelo edital e seus anexos;**

PREGÃO ELETRÔNICO nº 13/2026

MINUTA DO CONTRATO – ANEXO V

- vi. Substituir os materiais considerados fora de padrões, com defeito de fabricação, ou ainda considerados fora das especificações, conforme relato da fiscalização, as suas expensas, no todo ou em parte, bem como quando em desacordo com o TR, Edital e seus Anexos;
- vii. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos técnicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- viii. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, observando, ainda, as normas de segurança da Contratante, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- ix. Contratar por sua conta todos os seguros exigidos ou que venham a ser exigidos por lei e que incidam direta ou indiretamente sobre o objeto;
- x. Promover por sua conta a cobertura, através de seguros, dos riscos a que se julgar exposta em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução deste CONTRATO;
- xi. Garantir acesso, a qualquer tempo, da fiscalização do **TCE-RJ** ao serviço em questão;
- xii. Prestar todo e qualquer esclarecimento ou informação solicitada pela fiscalização do **TCE-RJ**;
- xiii. Cientificar, imediatamente, a fiscalização do **TCE-RJ** qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verificar no serviço;
- xiv. Atender às medidas técnicas e administrativas determinadas pela fiscalização do **TCE-RJ**;
- xv. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- xvi. Responsabilizar-se e indenizar por eventuais danos e prejuízos, de qualquer natureza, causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, respondendo por si e por seus sucessores, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização, ficando o **TCE-RJ**

PREGÃO ELETRÔNICO nº 13/2026

MINUTA DO CONTRATO – ANEXO V

autorizado a descontar dos pagamentos devidos à **CONTRATADA**, o valor correspondente aos danos sofridos;

- xvii. Ser a única responsável por todos os ônus tributários federais, estaduais e municipais, ou obrigações concernentes à legislação social, trabalhista, fiscal, securitária ou previdenciária, bem como por todos os gastos e encargos inerentes à mão de obra necessária à perfeita execução do objeto contratual, entendendo-se como ônus tributários: pagamento de impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições parafiscais, empréstimos compulsórios, tarifas e licenças concedidas pelo poder público;
- xviii. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos e preços de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação;
- xix. Não transferir responsabilidade para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros;
- xx. Manter em sigilo toda informação referente ao **TCE-RJ** que a **CONTRATADA** e seus prepostos vierem a tomar conhecimento por necessidade de execução dos serviços ora contratados não poderá, sob hipótese alguma, ser divulgada a terceiros, sendo responsável civil, penal e administrativamente pelo uso das informações sigilosas a que tiver acesso.
- xxi. Aceitar os acréscimos ou supressões do objeto desta contratação, nos termos do artigo 125 da Lei Federal n.º 14.133/21, bem como supressões prevista no item 4.8.1.1 do termo de referência.
- xxii. Manter, durante toda vigência da contratação, as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital em compatibilidade com as obrigações assumidas, na forma do inciso XVI do artigo 92 da Lei Federal 14.133/21.
- xxiii. Não contratar cônjuge, companheiro(a) ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do **TCE-RJ** ou de agente público que

PREGÃO ELETRÔNICO nº 13/2026

MINUTA DO CONTRATO – ANEXO V

desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, conforme § único do artigo 48 da Lei Federal 14.133/21.

xxiv. Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, comprovando tal atendimento com documentos e informações, quando solicitado, indicando os empregados que preenchem as referidas vagas, na forma do inciso XVII do artigo 92 e artigo 116 da Lei Federal 14.133/21.

xxv. As obrigações e responsabilidades da **CONTRATADA** serão suspensas se a prestação dos serviços for obstada por motivo de greve, sabotagem, rebelião e/ou enchente, comprovadamente, imprevisíveis e alheios ao controle dela, devendo nesses casos o evento motivador da paralisação dos serviços ser comunicado, formalmente, ao **TCE-RJ**, em 24h (vinte e quatro horas) de sua ocorrência.

CLÁUSULA NONA

(DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS)

As partes envolvidas, por si e por seus colaboradores, deverão observar as disposições da Lei 13.709 de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD, quando do tratamento dos dados pessoais ou dados pessoais sensíveis, em especial quanto à finalidade, boa-fé e demais princípios insculpidos no art. 6º da LGPD.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O **TCE-RJ** figura na qualidade de Controlador de dados enquanto a **CONTRATADA** é definida como Operadora de dados.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O **TCE-RJ** e a **CONTRATADA** serão consideradas controladoras conjuntas quando esta transferir dados pessoais e dados pessoais sensíveis de seus representantes, prepostos ou colaboradores ao **TCE-RJ**.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A **CONTRATADA** indicará encarregado para assuntos relacionados à LGPD que poderá ser o mesmo colaborador qualificado como preposto para outros assuntos relacionados à execução do contrato.

PREGÃO ELETRÔNICO nº 13/2026

MINUTA DO CONTRATO – ANEXO V

PARÁGRAFO QUARTO – O fiscal nomeado pelo **TCE-RJ** contará com a orientação da unidade do **TCE-RJ** indicada como encarregada para atuar como canal de comunicação entre o **TCE-RJ**, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

PARÁGRAFO QUINTO – O **TCE-RJ** tratará dados pessoais e dados pessoais sensíveis dos representantes, prepostos ou colaboradores da **CONTRATADA**, para viabilizar acesso às instalações físicas e sistemas de informação essenciais ao desenvolvimento das atividades contratadas, além de cumprir com o dever legal de fiscalização na execução do contrato.

PARÁGRAFO SEXTO – Os dados pessoais dos representantes, prepostos e colaboradores da **CONTRATADA**, obtidos em razão desse contrato, poderão ser divulgados pelo **TCE-RJ** com a finalidade de cumprir mandamentos legais e jurisprudenciais relacionados à transparência.

PARÁGRAFO SÉTIMO – A **CONTRATADA** está obrigada a guardar sigilo por si, por seus colaboradores ou prepostos, nos termos da LGPD, em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados ou que, por qualquer forma ou modo, venham tomar conhecimento ou ter acesso em razão deste contrato, ficando, na forma da lei, responsáveis pelas consequências de eventual tratamento indevido ou uso em desconformidade com o objeto desse contrato.

PARÁGRAFO OITAVO – A **CONTRATADA** dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta cláusula contratual, inclusive no tocante à Política de Proteção de Dados Pessoais do **TCE-RJ**, cujos princípios deverão ser aplicados ao tratamento dos dados pessoais e dados pessoais sensíveis.

PARÁGRAFO NONO – O **TCE-RJ** se certificará de que as pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais assumam compromisso de confidencialidade ou estejam sujeitas a obrigações legais de confidencialidade.

PARÁGRAFO DÉCIMO – É vedado à **CONTRATADA** o tratamento de dados pessoais realizado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela

PREGÃO ELETRÔNICO nº 13/2026

MINUTA DO CONTRATO – ANEXO V

do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

PARÁGRAFO DÉCIMO-PRIMEIRO – A **CONTRATADA** responderá administrativa e judicialmente por eventuais danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados pessoais tratados, causados em decorrência da execução contratual, por inobservância à LGPD.

PARÁGRAFO DÉCIMO-SEGUNDO – A **CONTRATADA** fica obrigada a comunicar à **CONTRATANTE** qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, para que o **TCE-RJ** adote, se for o caso, as providências dispostas no art. 48 da LGPD.

PARÁGRAFO DÉCIMO-TERCEIRO – Extinto o presente instrumento ou alcançado o objeto que encerre o tratamento de dados pessoais, estes serão eliminados, inclusive toda e qualquer cópia deles porventura existente, seja em formato físico ou digital, autorizada a conservação conforme as hipóteses previstas no art.16 da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA

(REVISÃO, REAJUSTE E REPACTUAÇÃO)

Os preços serão fixos e irreajustáveis, e inexistente a possibilidade de adoção pelas partes de qualquer espécie de atualização financeira antes do interregno mínimo de um ano.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O valor a ser considerado pela **CONTRATADA** na elaboração da planilha orçamentária de cada ordem de serviço emitida deverá ser aquele consignado nas tabelas vigentes na data correspondente ao mês anterior à assinatura do contrato, permanecendo fixo e irreajustável pelo prazo de doze meses, contados da data-base dessas tabelas.

PREGÃO ELETRÔNICO nº 13/2026

MINUTA DO CONTRATO – ANEXO V

PARÁGRFO SEGUNDO – A **CONTRATADA** poderá fazer jus à repactuação/reajustamento considerando-se os valores atualizados dos Catálogos de Serviços da Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro – EMOP; Catálogo de Serviços do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI-RJ; Catálogo de Serviços do Sistema de Custo de Obra SCO-RIO ou Composição própria desde que observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses contados da data-base definida no item 28.2, e nas repactuações/reajustes subsequentes ao primeiro, da data de início dos efeitos financeiros da última repactuação/reajuste ocorrido, em conformidade com o disposto no §7º do artigo 25 da Lei Federal nº 14.133/21 e no parágrafo 1º, do art. 2º da Lei Federal nº 10.192/01.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA

(GERENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO)

O gerenciamento e a fiscalização deste **CONTRATO** caberão, respectivamente, aos servidores da **COORDENADORIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E DE CONTRATOS - CGA** do **TCE-RJ** e da(o) **COORDENADORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA -CEA** do **TCE-RJ**, que determinará(ão) o que for necessário para regularização de faltas ou defeitos, nos termos do art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021 e da Resolução TCE nº 379/2021, na(s) sua(s) falta(s) ou impedimento(s), ao(s) seu(s) substituto(s).

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Ficam reservados ao Gestor do contrato, o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos no **CONTRATO** e tudo o mais que se relacione com o objeto contratado, desde que não acarrete ônus para o **TCE-RJ** ou modificação da contratação.

PARÁGRAFO SEGUNDO - As decisões que ultrapassarem a competência do fiscal do **TCE-RJ** deverão ser solicitadas formalmente pela **CONTRATADA** à autoridade administrativa imediatamente superior ao fiscal, através dele, em tempo hábil para a adoção de medidas convenientes.

PREGÃO ELETRÔNICO nº 13/2026

MINUTA DO CONTRATO – ANEXO V

PARÁGRAFO TERCEIRO - A **CONTRATADA** deverá aceitar, antecipadamente, todos os métodos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações necessários ao desenvolvimento de sua atividade.

PARÁGRAFO QUARTO - A existência e a atuação da Gestão e da Fiscalização em nada restringirão a responsabilidade única, integral e exclusiva da **CONTRATADA**, no que concerne ao objeto da contratação, às implicações próximas e remotas perante o **TCE-RJ** ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidades decorrentes da execução contratual não implicará corresponsabilidade do **TCE-RJ** ou de seus prepostos, devendo, ainda, a **CONTRATADA**, sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao ressarcimento imediato ao **TCE-RJ** dos prejuízos apurados e imputados a falhas em suas atividades.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

(SANÇÕES ADMINISTRATIVAS)

Pelo descumprimento total ou parcial deste **CONTRATO**, o **TCE-RJ** poderá, sem prejuízo das responsabilidades civis e criminais que couberem e da aplicação das sanções previstas no **EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO 13/2026 e seus anexos**, aplicar as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/2021 e na Lei Federal 12.846/13:

I – Advertência,

II – Multas,

III - Impedimento de Licitar e Contratar,

IV - Declaração de Inidoneidade para Licitar ou Contratar.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O licitante contratado estará sujeito às sanções previstas no inciso I a IV no caput desta cláusula, no caso das condutas e ocorrências previstas na Lei Federal nº 14.133/21 e Lei Federal 12.846/13:

I - dar causa à inexecução parcial deste **CONTRATO**;

II - dar causa à inexecução parcial deste **CONTRATO** que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

PREGÃO ELETRÔNICO nº 13/2026

MINUTA DO CONTRATO – ANEXO V

- III - dar causa à inexecução total deste **CONTRATO**;
- IV - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;
- V - apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução deste **CONTRATO**;
- VI - praticar ato fraudulento na execução deste **CONTRATO**;
- VII - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- VIII - obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no **EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2026** ou nos respectivos instrumentos contratuais, conforme a letra *f* do inciso IV do artigo 5º da Lei Federal 12.846/13;
- IX - manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública, consoante a letra *g* do inciso IV do artigo 5º da Lei Federal 12.846/13;
- X - patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a Administração Pública, dando causa à instauração de dispensa eletrônica ou à celebração de contrato cuja invalidação vier a ser decretada pelo Poder Judiciário;
- XI - fraudar, em prejuízo da Administração Pública, licitação ou contrato dela decorrente, mediante:
 - a - entrega de mercadoria ou prestação de serviços com qualidade ou em quantidade diversas das previstas no **EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2026** ou nos instrumentos contratuais;
 - b - fornecimento, como verdadeira ou perfeita, de mercadoria falsificada, deteriorada, inservível para consumo ou com prazo de validade vencido;
 - c - entrega de uma mercadoria por outra;
 - d - alteração da substância, qualidade ou quantidade da mercadoria ou do serviço fornecido;
 - e - qualquer meio fraudulento que torne injustamente mais onerosa para a Administração Pública a proposta ou a execução deste **CONTRATO**;

PREGÃO ELETRÔNICO nº 13/2026

MINUTA DO CONTRATO – ANEXO V

PARÁGRAFO SEGUNDO – Na aplicação das sanções, conjugadas as diretrizes do §1º do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/21, e do artigo 7º da Lei Federal 12.846/13, será observado o princípio da proporcionalidade, considerando-se especialmente (1) a natureza e a gravidade da infração cometida, (2) as peculiaridades do caso concreto, (3) as circunstâncias agravantes ou atenuantes, (4) os danos para a Administração, (5) a vantagem auferida ou pretendida pelo infrator, (6) a consumação ou não da infração, (7) o grau de lesão ou perigo de lesão, (8) o efeito negativo produzido pela infração, (9) a situação econômica do infrator, (10) a cooperação da pessoa jurídica para a apuração das infrações, (11) a existência de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e a aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta no âmbito da pessoa jurídica.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A **Advertência** será aplicável na hipótese do inciso I do **parágrafo primeiro desta cláusula**, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133/21), no caso de infrações leves que não geram efetivo prejuízo à Administração;

PARÁGRAFO QUARTO – O **Impedimento de Licitar e Contratar** será aplicável na ocorrência das infrações administrativas previstas nos incisos II, III e IV do **parágrafo primeiro desta cláusula**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

PARÁGRAFO QUINTO – A **Declaração de Inidoneidade para Licitar ou Contratar** será aplicável nas hipóteses dos incisos V a XI, do **parágrafo primeiro desta cláusula**, acrescentando-se ainda as infrações administrativas previstas para o Impedimento de Licitar e Contratar que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos

PARÁGRAFO SEXTO – De forma cumulativa às sanções previstas nos incisos I, III e IV do caput desta cláusula, poderão ser aplicadas ainda **multas moratórias e**

PREGÃO ELETRÔNICO nº 13/2026

MINUTA DO CONTRATO – ANEXO V

compensatórias, dentro dos limites definidos no §3º, do artigo 156, da Lei Federal nº 14.133/2021, na forma das Tabelas de Eventos 1 e 2 e disposições adiantes descritas, além daquelas previstas no termo de referência

TABELA DE EVENTOS 1 – ATRASOS (MORATÓRIA)

ITEM	CONDUTA	MULTAS	BASE
1	O atraso injustificado da assinatura deste contrato, fora do prazo definido previamente no edital de licitação e seus anexos (inciso VI do artigo 155 da Lei Federal 14.133/21)	0,5 %, por dia de atraso injustificado	Valor Adjudicado
2	O atraso injustificado, para iniciar a execução do objeto no prazo previsto no instrumento contratual, edital de licitação e seus demais anexos (art.162 da Lei Federal 14.133/21)	1 %, por dia de atraso injustificado, limitada até 30%	Valor da ordem de serviço relacionada
3	O atraso na substituição de empregado que se conduza de modo inconveniente ou não demonstre qualificação para executar os serviços contratados	0,5 %, por dia de atraso, limitado a 10%	Valor da ordem de serviço relacionada
4	Atraso na realização de visita técnica para conhecer o objeto da demanda, prevista no item 4.1.1.1 do TR	0,5 %, por dia de atraso injustificado, limitado a 10%	Valor da ordem de serviço relacionada
5	O atraso no envio da planilha orçamentária, prevista no item 4.1.1.1 do TR	Multa moratória, de 0,5%, por dia de atraso injustificado, limitado a 10%	Valor da ordem de serviço relacionada
6	Atraso no início da Ordem de Serviço prevista no item 4.1.1.1 do TR	Multa moratória, de 0,5%, por dia de atraso injustificado, limitado a 10%	Valor da ordem de serviço relacionada
7	Atraso na entrega de qualquer serviço previsto na ordem de serviço	Multa moratória, de 0,5%, por dia de atraso injustificado, limitado a 10%	Valor da ordem de serviço relacionada

I - A inobservância de prazos apresentados no Quadro 1 não inibe a aplicação de multas previstas na Tabela 2 deste CONTRATO.

II - Todas as justificativas de atraso devem ser enviadas por correio eletrônico ao endereço cea@tcerj.tc.br, onde serão avaliadas pela Fiscalização que tem prerrogativas de aceitá-las ou não.

PREGÃO ELETRÔNICO nº 13/2026

MINUTA DO CONTRATO – ANEXO V

III - Apenas o prazo de entrega de serviço(s) constante(s) da Ordem de Serviço é passível de prorrogação.

IV - A prorrogação de prazo de entrega de serviços previstos na Ordem de Serviço é prerrogativa da Fiscalização.

V - A **CONTRATADA** poderá solicitar prorrogação do prazo de entrega dos serviços uma única vez por OS, limitada ao prazo original, salvo em situações excepcionais, devidamente comprovadas, decorrentes de fatos supervenientes alheios à sua atuação, hipótese em que a Fiscalização poderá autorizar prorrogação adicional, mediante motivação formal.

TABELA DE EVENTOS 2 – INEXECUÇÃO PARCIAL (COMPENSATÓRIAS)

ITEM	CONDUTA	MULTAS	BASE
1	Efetuar o fornecimento e distribuição de materiais, insumos, equipamentos e utensílios, em quantidade e qualidade fora dos padrões aceitáveis	Multa compensatória de 5%, duplicada na reincidência, limitada a 20%, sujeita ainda as demais sanções legais.	Valor da ordem de serviço relacionada
2	A não disponibilização de canal de atendimento, seja telefônico ou por meio digital, inviabilizando a devida comunicação com a CONTRATADA (item 18.2 do termo de referência – Forma de Execução dos Serviços)	Multa compensatória 5%, duplicada na reincidência, limitada a 20%	Valor da ordem de serviço relacionada
3	Desatender as determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução contratual, assim como as de seus superiores (item 18.2 do termo de referência – Obrigações da CONTRATADA - inciso II do art. 155 da Lei Federal 14.133/21)	Multa compensatória 5%, por ocorrência, limitada a 30%	Valor da ordem de serviço relacionada
4	Não apresentar documentos de comprovação fiscal exigidas na fase de pagamento da prestação de serviços, previstas no instrumento contratual ou edital e seus anexos (item 18.2 do termo de referência – Pagamentos - inciso I do art. 155 da Lei Federal 14.133/21)	Multa compensatória 5% por ocorrência	Valor da Nota Fiscal
5	Efetuar a subcontratação total ou parcial do objeto , não admitida no contrato ou edital e seus anexos (item 18.2 do termo de referência – Obrigações da CONTRATADA e/ou Subcontratação, Sub-Rogação, Cessão ou Transferência – parágrafo 2º do artigo 122 da Lei Federal 14.133/21)	Multa compensatória 20%	Valor do Contrato ou remanescente
6	Paralisar o serviço/fornecimento , sem justa causa e prévia comunicação à Administração (inciso II do art. 155 da Lei Federal 14.133/21)	Multa compensatória 20%	Valor da ordem de serviço relacionada

PREGÃO ELETRÔNICO nº 13/2026

MINUTA DO CONTRATO – ANEXO V

7	Deixar de atender OS sem justificativa ou com justificativa sem comprovante ou não reconhecida pela fiscalização	Multa compensatória 30%	Valor da ordem de serviço relacionada
8	A não disponibilização de equipe apta para atuar em dias não úteis, quando demandado pela fiscalização.	Multa compensatória 30%	Valor da ordem de serviço relacionada

I - Nos reiterados atrasos injustificados durante a execução contratual, a multa de mora poderá ser convertida em compensatória, podendo a Administração promover a extinção unilateral com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta cláusula, consoante disposições contidas no caput e § único do artigo 162 da Lei Federal nº 14.133/2021.

II - A inexecução total da avença contratual sujeitará o contratado a multa compensatória de 20% do valor da contratação, além das demais penalidades de aplicabilidade previstas nesta cláusula.

III - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente.

IV – As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si, não sendo ainda compensatórias diante da sua natureza, seja por mora ou pena, exceto no caso previsto no inciso I deste parágrafo.

V - A aplicação das multas deverá, sempre que possível e cabível, ser precedida de Advertência a ser encaminhada à **CONTRATADA**, de forma a efetuar tentativa de regularização da situação de infração vislumbrada e observar a gradação hierárquica na aplicabilidade das sanções administrativas.

VI - A aplicação de multas não elidirá, em face do descumprimento do pactuado, o direito do **TCE-RJ** de rescindir de pleno direito o **CONTRATO**, independente de ação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais cabíveis, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A aplicação das sanções estabelecidas nos incisos I, II e III do caput desta cláusula é da competência do(a) do(a) titular da Coordenadoria de

PREGÃO ELETRÔNICO nº 13/2026

MINUTA DO CONTRATO – ANEXO V

Gestão Administrativa e de Contratos - CGA e a do inciso IV de competência exclusiva da autoridade máxima do **TCE-RJ**.

PARÁGRAFO OITAVO – A aplicação das sanções administrativas não exclui, em hipótese alguma a responsabilidade da **CONTRATADA** pelas perdas e danos que as infrações possam ter causado à Administração, sem prejuízo de sua reparação, nos termos do § 3º e 9º do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/2021;

PARÁGRAFO NONO – A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao contratante, observando-se especialmente os seguintes ritos:

I - A aplicação das sanções de **Impedimento de Licitar e Contratar** e **Declaração de Inidoneidade para Licitar ou Contratar** requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, na forma do caput e parágrafos do artigo 158 da Lei Federal 14.133/21, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará a **CONTRATADA** para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir;

II - Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, conforme § 2º do artigo 158 da Lei Federal nº 14.133/2021.

III - A **Declaração de Inidoneidade para Licitar ou Contratar**, de competência exclusiva da autoridade máxima do **TCE-RJ**, deve ser precedida ainda da devida análise por parte da Procuradoria-Geral do **TCE-RJ**, na forma do § 6º do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/2021.

IV - As sanções somente serão aplicadas após o decurso do prazo para apresentação de defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, observadas as demais formalidades legais, conforme artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/2021.

V - No prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, o **TCE-RJ** informará e manterá atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e

PREGÃO ELETRÔNICO nº 13/2026

MINUTA DO CONTRATO – ANEXO V

Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal.

PARÁGRAFO DÉCIMO – Da aplicação das sanções administrativas previstas cabe o direito de defesa à **CONTRATADA**, com interposição de recursos administrativo e pedidos de reconsideração, nas condições e prazos adiante descritos:

- a) Recurso Administrativo, a ser interposto perante a autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da intimação da aplicação das sanções previstas nos incisos I a III do caput da Cláusula anterior, que no caso de não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis o encaminhará com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos, nos termos do caput e parágrafo único do art. 166 da Lei Federal nº 14.133/2021;
- b) Pedido de Reconsideração, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da intimação da aplicação da sanção prevista no inciso IV do caput da Cláusula anterior, o qual deverá ser decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis contado do seu recebimento nos termos do art. 167 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

(SUBCONTRATAÇÃO, SUB-ROGAÇÃO, CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA)

É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Deve-se seguir criteriosamente o disposto no artigo 122 e seus parágrafos, da Lei Federal nº 14.133/2021;

PARÁGRAFO SEGUNDO É vedada a sub-rogação, cessão ou transferência da parcela subcontratada;

PARÁGRAFO TERCEIRO - A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de habilitação e qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

PARÁGRAFO QUARTO- Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da **CONTRATADA** pela perfeita execução contratual,

PREGÃO ELETRÔNICO nº 13/2026

MINUTA DO CONTRATO – ANEXO V

cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante o TCE/RJ pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

PARÁGRAFO QUINTO - No caso da ordem de serviço se voltar exclusivamente para determinado serviço especializado, o faturamento da medição pode chegar a 94% (noventa e quatro por cento) do valor faturado.

PARÁGRAFO SEXTO - Na hipótese de extinção da subcontratação, a **CONTRATADA** deverá substituir a empresa subcontratada, no prazo máximo de 30 (trinta dias), mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

(FUSÃO, CISÃO OU INCORPORAÇÃO)

É admissível a fusão, cisão ou incorporação da **CONTRATADA** com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; reste documental e exaustivamente comprovado que as operações travadas entre as pessoas jurídicas resultaram, de fato, na transferência da estrutura referente às atividades envolvidas no contrato celebrado com o Tribunal; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado causado pela modificação da estrutura da empresa; e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

(DA SUBSTITUIÇÃO DE CONSORCIADO)

A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação

PREGÃO ELETRÔNICO nº 13/2026

MINUTA DO CONTRATO – ANEXO V

técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

(RENÚNCIA A DIREITOS)

O não exercício, por qualquer das partes, de direito previsto neste **CONTRATO**, não representará renúncia ao seu exercício, com relação ao mesmo fato ou a fatos futuros.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

(EXTINÇÃO CONTRATUAL)

O presente **CONTRATO** poderá ser extinto unilateralmente, de pleno direito, pelo **TCE-RJ**, por ocorrência das situações previstas nos incisos I a IX do artigo 137 da Lei Federal 14.133/21, mediante decisão fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, observando-se ainda o teor do parágrafo segundo do artigo 138 da Lei Federal nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A extinção operará seus efeitos a partir da publicação do ato administrativo no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

PARÁGRAFO SEGUNDO - A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas neste Contrato, as seguintes consequências:

I - assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;

II - ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;

a) ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;

b) pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;

PREGÃO ELETRÔNICO nº 13/2026

MINUTA DO CONTRATO – ANEXO V

c) pagamento das multas devidas à Administração Pública;

d) exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;

IV - retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

PARÁGRAFO TERCEIRO - No caso deste **CONTRATO** vir a ser extinto por dolo ou culpa da **CONTRATADA**, serão aplicadas as sanções previstas neste **CONTRATO** e na legislação aplicável; se, por outro lado, tal rescisão provocar dano ao **TCE-RJ**, será promovida a responsabilidade da **CONTRATADA**, visando ao ressarcimento destes danos.

PARÁGRAFO QUARTO - De qualquer penalidade que venha a ser imposta à **CONTRATADA** caberá recurso, na forma da legislação aplicável, e pedido de reconsideração, ao Presidente do **TCE-RJ**, no caso de Declaração de Inidoneidade para Licitar ou Impedimento de Licitar e Contratar.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA

(LEGISLAÇÃO APLICÁVEL)

As **PARTES CONTRATANTES** declaram-se sujeitas às cláusulas e condições deste **CONTRATO**, às regulamentações aplicáveis à espécie e, em especial, a **Lei Federal 14.133/2021** - Normas Gerais de Licitação e Contratação Pública, e subsidiariamente, no que couber, **Lei Estadual nº 287/79** – Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública, no que não conflitem com a legislação federal, **Lei Complementar Federal nº 123/06** - Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, **Lei Federal nº 10.192/01** - Medidas Complementares ao Plano Real, da **Lei Federal nº 12.846/13** - Responsabilização Administrativa e Civil na Administração Pública, da **Lei Federal nº 8.429/1992** - Sanções por Atos de Improbidade Administrativa, observadas as alterações posteriores introduzidas nos referidos diplomas legais.

PREGÃO ELETRÔNICO nº 13/2026

MINUTA DO CONTRATO – ANEXO V

CLÁUSULA DÉCIMA NONA

(PUBLICAÇÃO)

O **TCE-RJ** obriga-se a providenciar a divulgação do extrato do contrato e seus aditamentos, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no prazo de 20 (vinte) dias úteis contados da data de sua assinatura, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011.

CLÁUSULA VIGÉSIMA

(FORO)

Fica eleito o foro da cidade do Rio de Janeiro, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao presente **CONTRATO**, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e contratadas, assinam as partes o presente instrumento, na forma eletrônica, para que se produzam os necessários efeitos legais.

Rio de Janeiro, na data da assinatura digital.

Contratante: _____

Contratada: _____